



11 DE OUTUBRO DE 2017

Quarta-feira

- Consulta Nacional - Compras Sustentáveis - ABNT NBR ISO
- HORÁRIO DE VERÃO 2017 COMEÇA NESTE DOMINGO; MORADORES DE 10 ESTADOS E DF DEVEM ADIANTAR RELÓGIO EM 1 HORA
- RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA: BRASILEIRO CONFIA NA MELHORIA DO PADRÃO DE VIDA PRÓPRIO E DOS FILHOS
- GOVERNO ANALISA CRIAR CONTRIBUIÇÃO DOS ACORDOS COLETIVOS, DIZ MINISTRO
- "O BRASIL DO FUTURO SERÁ O BRASIL DA GERAÇÃO DE EMPREGOS", GARANTE MINISTRO
- AÇÕES TRABALHISTAS DA VARIG PÕEM EM RISCO PLANTA DA GE
- MINISTÉRIO DO TRABALHO LIBERA R\$ 4 MILHÕES PARA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS
- INDÚSTRIA DO PARANÁ ACUMULA MAIOR CRESCIMENTO DO PAÍS
- EMPRESAS BRASILEIRAS CAPTAM 32% A MAIS NO MERCADO DE CAPITAIS ATÉ SETEMBRO, DIZ ANBIMA
- NÍVEL DE EMPREGO NA INDÚSTRIA PAULISTA SOBE 0,05% EM SETEMBRO
- INDÚSTRIA DE CIMENTO TEM NOVA QUEDA DE VENDAS EM SETEMBRO
- EMPRESÁRIOS PARTICIPAM DE WORKSHOP DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM BUENOS AIRES
- EMISSIONES DE EMPRESAS CRESCEM 32% ATÉ SETEMBRO ANTE 2016
- POR GANHO MAIOR, GESTORES ADQUIREM R\$ 31,9 BILHÕES EM DÍVIDA CORPORATIVA
- GESTORES DEVEM FICAR ATENTOS ÀS NOVAS EMPRESAS, DIZ INVESTIDOR ALEMÃO
- EM BUSCA DE INOVAÇÃO, EMPRESAS INTENSIFICAM PARCERIAS COM START-UPS
- CÁSSIO ENVIA MP DO PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA SANÇÃO
- EQUIPE ECONÔMICA PREPARA MP QUE ELEVA AS ALÍQUOTAS DO PIS E DA COFINS
- PARANÁ PUXA A ALTA DE CIRCULAÇÃO DE CARROS EM RODOVIAS DE TODO O PAÍS

- PREÇOS AO CONSUMIDOR VOLTAM A SUBIR E IGP-M AVANÇA 0,32% NA 1ª PRÉVIA DE OUTUBRO, DIZ FGV
- BC: PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO DA REGULAÇÃO DO CÂMBIO ESTÁ EM FASE EMBRIONÁRIA
- BOLSA SE RECUPERA APÓS DUAS QUEDAS, SOBE 1,55% E BATE NOVO RECORDE
- BRASIL TERÁ A 12ª MAIOR DÍVIDA DO MUNDO EM 2022, SEGUNDO FMI
- PELA 1ª VEZ EM UMA DÉCADA, BRASIL TERÁ INFLAÇÃO MENOR QUE AMÉRICA LATINA
- SE PASSAR, REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER 'COISA CHOCHA', DIZ LÍDER TUCANO
- VEÍCULOS ABASTECIDOS COM ETANOL PODEM TER RENDIMENTO ACIMA DO ESPERADO, DIZ ESTUDO
- FORD ANUNCIA PLANO ESTRATÉGICO A INVESTIDORES
- METALÚRGICOS MANTÊM GREVE DA CHERY EM JACAREÍ
- COM JUMPY, CITROËN EXPLORA NOVO MERCADO
- SHOPTRANS LANÇA APLICATIVO QUE AVALIA IMPLEMENTOS USADOS
- PRODUÇÃO DE MOTOS FICARÁ ABAIXO DE 900 MIL UNIDADES
- VOLKSWAGEN DIVULGA PRIMEIRA IMAGEM DE VIRTUS
- RENAULT TERÁ 20 ELÉTRICOS E 15 AUTÔNOMOS ATÉ 2022

CÂMBIO EM 11/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,163	3,163
Euro	3,746	3,747

Fonte: Bacen

Consulta Nacional - Compras Sustentáveis - ABNT NBR ISO

11/10/2017 - Fonte: Fiep

Está aberto, até 22 de outubro, o processo de Consulta Nacional da norma ABNT NBR ISO 20400 - Compras Sustentáveis - Diretrizes.

Esta norma tem como objetivo estabelecer um padrão credível para que as organizações passem a efetuar suas compras adotando critérios de sustentabilidade.

Convidamos todos a participarem e emitirem o seu voto acessando: <http://www.abntonline.com.br/consultanacional/projet.aspx?ID=26015>

Horário de verão 2017 começa neste domingo; moradores de 10 estados e DF devem adiantar relógio em 1 hora

11/10/2017 – Fonte: G1

Ajuste deve ser feito nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e vale até 18 de fevereiro de 2018.

O horário de verão de 2017 começa na primeira hora do próximo domingo (15). À meia-noite de sábado, os moradores de 10 estados e do Distrito Federal devem adiantar o relógio em uma hora.

O ajuste vale para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) e vigora até 18 de fevereiro do ano que vem.

Com isso, o horário no leste do Amazonas e nos estados de Roraima e Rondônia fica duas horas atrasado em relação ao de Brasília, enquanto oeste do Amazonas e Acre ficam três horas atrás.

O horário de verão foi instituído com o objetivo economizar energia no país em função do maior aproveitamento do período de luz solar.

A medida foi utilizada pela primeira vez em 1931 e depois em outros anos, sem regularidade. Em 2008, ganhou caráter permanente e passou a vigorar do terceiro domingo de outubro até o terceiro domingo de fevereiro do ano seguinte.

Fique atento ao horário de verão

0h de sábado para domingo



Período de duração

INÍCIO

0h

15 de outubro de 2017

(domingo)

TÉRMINO

0h

18 de fevereiro de 2018

(domingo)

Estados com horário de verão



DF	Distrito Federal	PR	Paraná
ES	Espírito Santo	RJ	Rio de Janeiro
GO	Goiás	RS	Rio Grande do Sul
MT	Mato Grosso	SC	Santa Catarina
MS	Mato Grosso do Sul	SP	São Paulo
MG	Minas Gerais		



Infográfico elaborado em: 10/10/2017

Início do horário de verão 2017 (Foto: Arte/G1)

Fim do horário?

O governo federal chegou a avaliar o fim do horário de verão neste ano, depois que um estudo do Ministério de Minas e Energia indicou que o programa vem perdendo efetividade.

A análise mostrou que a intensidade de consumo de energia elétrica estava mais ligada à temperatura do que ao horário, com picos nas horas mais quentes do dia.

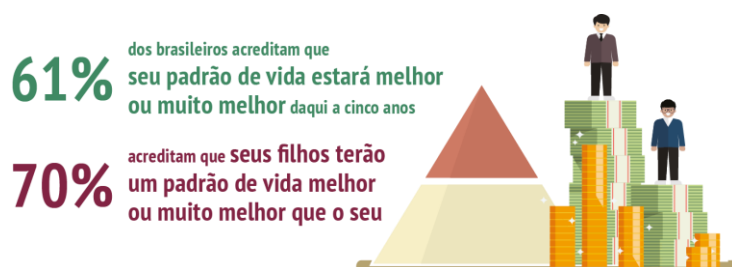
Porém, o Brasil enfrenta um período de estiagem, com hidrelétricas com níveis de água reduzidas, o que vem obrigando o governo a ligar as termelétricas (de operação mais cara) e até mesmo a importar energia de outros países.

Nesse cenário, qualquer economia de eletricidade é bem-vinda. Por isso, o governo decidiu manter o horário de verão em 2017. Para 2018, o assunto ainda será analisado.

Retratos da Sociedade Brasileira: Brasileiro confia na melhoria do padrão de vida próprio e dos filhos

11/10/2017 – Fonte: CNI

Os brasileiros são otimistas em relação à possibilidade de melhorar seu padrão de vida. Seis em cada dez acreditam que seu padrão de vida estará melhor ou muito melhor daqui a cinco anos, e sete em cada dez acreditam que seus filhos terão um padrão de vida melhor que o seu.



Governo analisa criar Contribuição dos Acordos Coletivos, diz ministro

11/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo analisa a possibilidade de criar uma Contribuição dos Acordos Coletivos na regulamentação que fará da reforma trabalhista, disse nesta terça-feira, 10, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. “Imposto sindical obrigatório, nunca mais”, afirmou.

Ele explicou que o imposto sindical não deixou de existir, mas deixou de ser obrigatório, conforme recomenda a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Paralelamente, explicou, está em avaliação a proposta de se criar essa nova contribuição, que serviria para “subsidiar despesas da convenção coletiva”.

Esse é um dos pontos em aberto na “possível Medida Provisória” (MP) que o governo elabora para regulamentar pontos da reforma trabalhista. O Executivo se comprometeu a enviar essa MP acatando algumas propostas de senadores à matéria, num acordo que permitiu a aprovação, pelo Senado, do texto que havia passado na Câmara, sem modificações.

Essa MP, porém, ainda não está pronta, nem tem data para tal. Há um mês, o presidente Michel Temer recebeu presidentes de centrais sindicais e indicou que a proposta estaria pronta em cerca de 30 dias.

“Estamos dialogando: o Ministério do Trabalho, a Casa Civil, o movimento sindical, os empregadores e a base governista”, disse o ministro. “Procuramos observar com muita atenção cada ponto enviado pelo Senado como sugestão e buscamos o consenso.”

Por outro lado, a MP não poderá “descaracterizar nem afrontar o que a Câmara aprovou.” É essa costura que o governo busca fazer.

“O Brasil do futuro será o Brasil da geração de empregos”, garante ministro

11/10/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Em audiência na Câmara dos Deputados, Ronaldo Nogueira afirmou que o Ministério trabalha pela formalização dos trabalhadores e a aproximação entre empregados e empregadores

O Brasil deve abandonar conceitos aplicados às relações de trabalho no século 19 e adotar uma visão adequada ao século 21, para gerar empregos, com segurança jurídica e garantia de direitos, que são os eixos fundamentais da modernização da legislação trabalhista.



A opinião foi defendida pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, na tarde desta terça-feira (10). “A realidade de perder emprego é para o Brasil do passado. O Brasil do futuro será o Brasil da geração de empregos”, afirmou, ao apresentar as principais ações do Ministério do Trabalho, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Para chegar a esse resultado, segundo o ministro, é preciso pensar não só nas grandes cidades e nas maiores empresas, mas na realidade dos municípios menores e nas micro e pequenas empresas, que são maioria no país. Ele lembrou que, dos 38,6 milhões de empregos no Brasil, 85% são gerados nesse segmento.

“Precisamos pensar em uma legislação que proporcione ao trabalhador ter acesso à ocupação com renda em um pequeno negócio, para que não esteja na informalidade, mas na formalidade, com segurança jurídica para esse pequeno empresário, no sentido de que aquele contrato de trabalho será respeitado depois, em um possível litígio trabalhista”, explicou.

Ronaldo Nogueira salientou que o conceito de burguesia e de proletariado do século 19 deve ser abandonado, visando a uma aproximação entre o trabalhador empregador e o trabalhador empregado. “Hoje, estamos no século 21. Nem sempre quem assina carteira de alguém, que gera emprego, cria oportunidade de uma ocupação, tem a intenção de explorar o trabalhador”, afirmou.

Recuperação - O ministro citou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apontando para a melhora da economia, a partir das medidas adotadas pelo governo no âmbito do Ministério do Trabalho. Em 2014, o país perdia em média 100 mil postos de trabalho por mês, o que também aconteceu em 2015 e em todo o ano de 2016. “Chegamos a quase 3 milhões de postos de trabalho perdidos”, destacou.

No entanto, em 2017 a realidade está mudando e o país já contabiliza sete meses de resultados positivos na abertura de novas vagas. “Aquele Brasil que perdia uma média

de 100 mil postos por mês já está gerando 30 mil postos por mês. Hoje, nosso estoque positivo é de 164 mil postos de trabalho”, disse.

Parte da retomada é resultado do aumento da confiança a partir da aprovação da modernização da legislação trabalhista. Setores que reduziram a jornada de trabalho há dois anos, com desemprego estabelecido e tendência de novas demissões, agora estão retomando as atividades em três turnos. “O setor automobilístico anuncia investimentos de mais de R\$ 15 bilhões e alguns, que antes estavam operando com jornada reduzida, desde o início de setembro já estão operando com jornada em três turnos”, mencionou.

Antifraude - Além da modernização da legislação trabalhista, o ministro citou o impacto positivo de outras medidas do Ministério do Trabalho. Uma delas foi a economia nos pagamentos do Seguro Desemprego, com a adoção do sistema antifraude, que impediu a liberação de mais de R\$ 600 milhões para 44 mil requerimentos fraudulentos. Com esses recursos é possível manter programas como o Seguro Emprego, que hoje atende 164 empresas, evitando a demissão de 200 mil trabalhadores.

Outra ação de benefício direto ao trabalhador foi a liberação do FGTS inativo, que injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia. O próximo passo, nesse sentido, é a liberação de cerca de R\$ 16 bilhões para aproximadamente 8 milhões de trabalhadores, graças à redução da idade para a retirada de cotas do PIS/Pasep – de 70 para 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).

Ronaldo Nogueira também explicou aos deputados o funcionamento do site Emprega Brasil e do Sine Fácil, destacando a contribuição dessas duas ferramentas na geração de empregos.

“O site Emprega Brasil possibilita que o trabalhador faça o cadastro de currículo e o empregador faça o cadastro da vaga. E o Sine Fácil, que está sendo aprimorado, já encaminhou para entrevistas mais de 80 mil trabalhadores, aproximando trabalhador e empregador”, informou.

Ações trabalhistas da Varig põem em risco planta da GE

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Celma poderá ser fechada pela GE por conta de processos trabalhistas

A GE (General Electric) poderá parar de investir ou até fechar a Celma, empresa de manutenção de turbinas, que fatura R\$ 6,36 bilhões, em razão de processos trabalhistas movidos por ex-empregados da área de aviação da Varig que ficaram sem receber, segundo a coluna apurou.

A GE Celma é a quarta maior empresa exportadora da área de serviços do Brasil.

Em 1998, a multinacional adquiriu 95% de uma área da Varig que prestava esses serviços. Cinco anos depois, adquiriu os 5% restantes. Localizada em Petrópolis, a empresa passou a se chamar GE Celma.

GE e Varig não foram coligadas nem trabalharam juntas, dizem pessoas ligadas à multinacional. A vendedora ficou com uma fatia minoritária por poucos anos.

A Varig entrou em recuperação judicial em 2005 e, em 2010, teve a sua falência decretada. Os trabalhadores da antiga fábrica de manutenção da Varig foram incorporados pela subsidiária da GE.

Há milhares de ações contra a massa falida da Varig, movidas por pilotos, comissários e equipe da operação em terra da empresa aérea.

A GE tem hoje 105 casos ativos em que é arrolada como corresponsável –e em 44 dos casos, perdeu em primeira instância e teve ordem judicial para que a Celma dê garantias de pagamentos.

Os advogados da empresa conseguiram 29 decisões favoráveis em primeira instância, e 32 casos ainda aguardam julgamento. Outros 34 processos foram vencidos pela GE e encerrados.

O receio na multinacional é que a tese da corresponsabilidade se alastre –a Celma tem, hoje, 2.000 funcionários, e o cálculo deles é que existam entre 3.000 e 4.000 ações trabalhistas contra a antiga Varig.

A americana desembolsou R\$ 87,6 milhões na compra total da empresa. Entre 2011 e 2020, terá investido mais de R\$ 300 milhões na planta.

Ministério do Trabalho libera R\$ 4 milhões para incubadora de empreendimentos

11/10/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Os recursos foram destinados ao CNPq, parceiro responsável pela seleção dos projetos; chamada pública fica aberta até 6 de novembro no site da instituição de pesquisa

O Ministério do Trabalho firmou parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para seleção de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários.

Serão investidos R\$ 4 milhões em incubadoras, sendo R\$ 100 mil o valor máximo destinado a cada projeto. As inscrições são feitas somente no site do CNPq. A assinatura do termo foi publicada nesta terça-feira (10), no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, esses recursos foram descontingenciados em razão da necessidade de manter-se o estímulo à Economia Solidária. "A Economia Solidária não é caridade. É uma política social de Estado que traz resultados muito positivos para o país. Gera trabalho e renda e dá autonomia financeira à população que está fora do mercado formal", salienta o ministro.

O analista técnico de Políticas Sociais da Subsecretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Robert Paula Gouveia, afirma que a liberação dos recursos representa a continuidade da política social nesse segmento. "Será um respiro para as incubadoras de empreendimentos solidários neste momento", observa.

Para participar da chamada pública, o responsável pela apresentação da proposta, obrigatoriamente, deve ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data-limite para submissão da proposta; possuir a titulação mínima de mestre e experiência em Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Tecnologia Social, Geração de Trabalho e Renda; ser o coordenador do projeto; possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se for aposentado, comprovar que mantém atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

Gouveia esclarece que as propostas deverão estar em consonância com as diretrizes estabelecidas, como a interação horizontal entre empreendimentos e equipes de incubação, com a produção e a troca de conhecimentos ficando no centro desta relação; princípios metodológicos centrais inspirados principalmente na proposta de educação popular, autogestão, interdisciplinaridade e aprendizado mútuo; autogestão como princípio fundamental da Economia Solidária; troca entre saberes acadêmicos e saberes populares; formação e estimulação de Redes de Economia Solidária; articulação dos empreendimentos; promoção de políticas públicas de Economia Solidária e do desenvolvimento territorial sustentável; e superação da extrema pobreza.

Informações adicionais acerca do edital podem ser obtidas por meio do endereço eletrônico atendimento@cnpq.br ou pelo telefone (61) 3211-4000.

Indústria do Paraná acumula maior crescimento do País

11/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

A indústria de transformação do Paraná cresceu 8,8% em agosto na comparação com o mesmo mês do ano passado, reforçando a tendência de retomada do setor, um dos mais afetados pela crise econômica. No acumulado de 2017, o avanço da produção industrial paranaense foi de 4,6%, a maior do País.

O resultado foi o melhor para o período desde 2011, quando o setor industrial do Paraná havia crescido 9,3%, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional, divulgada nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho da indústria paranaense foi puxado pelos setores de máquinas e equipamentos e automotivo, com crescimento de 61,5% e 13,5%, respectivamente. “O setor de máquinas e equipamentos, especialmente na produção tratores e colheitadeiras, foi beneficiado pelo crescimento do agronegócio, com a boa safra agrícola”, afirma Julio Suzuki Júnior, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

Segundo o economista do Ipardes, além do avanço da renda no campo, que permitiu ao produtor investir mais na compra de maquinário, o segmento também vem registrando bons resultados nas exportações. Com relação aos automóveis, o crescimento é atribuído a retomada do mercado interno, aumento das exportações e o lançamento de novos produtos.

Os dois setores são destaque, mas a retomada da indústria no Estado é generalizada. Dos 13 segmentos pesquisados pelo IBGE, nove tiveram resultados positivos. “Isso mostra que a retomada é abrangente e consistente”, diz Suzuki Júnior.

ACUMULADO - No acumulado do ano, o Paraná foi o estado com maior crescimento da indústria de transformação (que exclui a atividade extrativa). Ficou à frente de Santa Catarina (3,7%) e Amazonas e Espírito Santo, cada um com avanço de 2,7%. No Brasil, a indústria da transformação cresceu 0,8% na mesma base de comparação.

Nos últimos 12 meses, terminados em agosto, a indústria do Paraná cresceu 2,9% e na comparação entre agosto e julho, com ajuste sazonal, houve ligeira queda, de 0,4%.

SETORES - Outros destaques nos primeiros oito meses do ano foram os setores de bebidas, com crescimento de 5,5%; produtos minerais não metálicos (4,3%) e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,3%); e produtos de borracha e material plástico, também com 1,3%.

Empresas brasileiras captam 32% a mais no mercado de capitais até setembro, diz Anbima

11/10/2017 – Fonte: Reuters

Empresas brasileiras levantaram 176,3 bilhões de reais no mercado de capitais nos primeiros nove meses de 2017, alta de 32 por cento sobre mesmo período de 2016, informou nesta terça-feira a associação que representa as entidades financeiras.

De janeiro a setembro, foram realizadas 428 operações, incluindo captações com ações, bônus, debêntures, notas promissórias e instrumentos de securitização, aumento de 11 por cento sobre um ano antes, disse a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O avanço nas captações foi impulsionado principalmente pelo aumento das ofertas de ações, que somaram 26,9 bilhões de reais até setembro, volume 236 por cento superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Foram realizadas 18 operações, sendo oito IPOs (ofertas públicas iniciais de ações, na sigla em inglês) e 10 follow-ons (ofertas de empresas já listadas).

As emissões locais em títulos de dívida somaram 86,3 bilhões de reais no ano até setembro, avanço de 42 por cento na comparação anual. O montante captado com emissões de notas promissórias alcançou 15,7 bilhões de reais, maior valor desde 2014.

No mercado externo, as emissões de bônus e ADRs (recibos de ações emitidos nos EUA) cresceram 11 por cento, para 21 bilhões de dólares, ante 19 bilhões de dólares nos primeiros nove meses de 2016.

Nível de emprego na indústria paulista sobe 0,05% em setembro

11/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O nível de emprego na indústria paulista avançou 0,05% em setembro ante agosto na série com ajuste sazonal, relatou nesta terça-feira, 10, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). No mês, a geração de vagas ficou positiva em 2 mil postos de trabalho.

Na avaliação sem ajuste sazonal, foi apurada alta de 0,08% na mesma base de comparação. Já em relação com setembro do ano passado, houve recuo de 2,76% no nível de emprego, com menos 61,5 mil trabalhadores empregados.

Nos nove primeiros meses de 2017, o saldo de emprego segue em terreno positivo, com 7 mil vagas criadas, o que representa alta de 0,32% na comparação com o mesmo período do ano passado, apontou a Fiesp.

Metade dos 22 setores acompanhados pelo indicador da Fiesp apresentaram desempenho negativo, enquanto outros cinco tiveram geração líquida de vagas e os demais seis permaneceram estáveis.

A indústria de alimentos ficou com o destaque positivo, com a criação de 910 vagas, seguida pelo setor de confecção de vestuários e acessórios, com saldo de 578 novos postos de trabalho. Na ponta negativa, as indústrias de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis promoveram corte líquido de 560 vagas e o segmento de produtos diversos enxugou 497 vagas.

Na análise por grandes regiões, a Fiesp verificou crescimento no interior paulista (0,10%) e na Grande São Paulo (0,01%). Já entre as 36 diretorias regionais da entidade, 16 apresentaram crescimento, com destaque para Santos (1,57%), puxado

pelo setor de vestuário (9,88%) e minerais não-metálicos (3,95%). A principal queda foi verificada na região de Jaú (-3,18%), com as perdas lideradas pela indústria de coque, petróleo e biocombustíveis (-46,70%).

Indústria de cimento tem nova queda de vendas em setembro

11/10/2017 – Fonte: Reuters

As vendas de cimento no Brasil em setembro caíram 2,4 por cento sobre o mesmo mês de 2016 e recuaram 5 por cento ante agosto, para 4,786 milhões de toneladas, informou nesta terça-feira a associação que representa os fabricantes do insumo, Snic.

Segundo a entidade, a única região a mostrar crescimento nas vendas em setembro no comparativo anual, foi o Sul, com alta de 4 por cento, para 776 mil toneladas. No Centro-Oeste houve estabilidade, o Sudeste teve baixa de 1,9 por cento, o Nordeste registrou queda de 5,2 por cento e no Norte as vendas caíram 18,4 por cento em setembro sobre um ano antes.

“Apesar da queda, efetivamente estamos vendo recuperação, uma vez que o recuo acumulado no ano até setembro é de 7,4 por cento sendo que começamos o ano com baixa de 11,7 por cento”, afirmou o presidente do Snic, Paulo Camillo Penna.

Ele afirmou que tipicamente o segundo semestre é melhor que o primeiro para as vendas do setor, diante de fatores como recursos do 13º salário e férias, que motivam o chamado “consumo formiga”, de pequenas obras e reformas.

A expectativa do Snic é que as vendas de cimento em 2017 caiam entre 6 e 7 por cento se recuperando em 2018 para um fechamento estável sobre este ano, disse Penna.

“Tem recuperação, tem início de algumas obras habitacionais por conta de maturação de programas como o cartão reforma, ampliação de faixas de renda do Minha Casa Minha Vida”, disse Penna.

Ele acrescentou porém, que as obras de infraestrutura e concessões, que poderiam fomentar um consumo maior de cimento, ainda não estão impactando o setor. “Tem problema fiscal sério dos governos, o que tem impedido investimentos significativos”, afirmou.

Segundo dados do Snic, no final de setembro os fabricantes de cimento exibiam ociosidade de 46 por cento sobre uma capacidade total de produção de 100 milhões de toneladas. O setor acumula queda de vendas de cerca de 28 por cento desde 2014.

Empresários participam de workshop de internacionalização em Buenos Aires

11/10/2017 – Fonte: MDIC



Empreendedores de 13 startups e 22 empresas tradicionais foram selecionados para participar de uma semana de imersão no mercado argentino

Representantes de 35 empresas brasileiras participaram, nesta terça-feira, do “Workshop do Plano de Expansão Internacional”, em Buenos Aires. O curso, organizado pela Apex-Brasil em três módulos (estratégia, análise de mercado e

operação internacional), faz parte da agenda de trabalho das missões de internacionalização de startups e de empresas. A primeira missão, a das startups, é organizada pelo MDIC, Apex-Brasil, Sebrae, em parceria com a Anprotec e a ABStartups.

No workshop foram apresentadas estratégias e ferramentas para as empresas que têm interesse em se internacionalizar. Como explicou Juarez Leal, coordenador de internacionalização da Apex-Brasil, os empreendedores brasileiros devem levar em conta, entre outros aspectos, as distâncias políticas, geográficas e culturais. "A escolha de um novo mercado também deve considerar os modos de entrada: licenciamento, franchising ou investimento direto", disse.

Leal também apontou a necessidade de as empresas conhecerem seu diferencial. "Os empresários devem se perguntar qual é o melhor eixo da empresa: produto, venda, marca ou distribuição? A partir daí, é possível desenhar a vantagem concorrencial que vai colocá-los à frente", destacou.

Na avaliação de Braúlio Bonoto, da empresa Psicologia Viva, que conecta psicólogos e pacientes, a principal dificuldade para as startups é o processo de captação de capital financeiro e humano.

"Nós iniciamos nossas operações no Chile no mês passado e a Argentina é um país importante para o mercado em que atuamos. Esta missão está nos ajudando bastante, possibilitando conexões, acesso a prestadores de serviços, a empresas estratégicas para que a gente possa introduzir a nossa solução aqui", afirmou.

A lista de benefícios para as empresas que se internacionalizam é longa. Como explicou o coordenador de internacionalização da Apex-Brasil, os empreendedores se diferenciam perante concorrentes nacionais, têm acesso a mercados financeiros estrangeiros, desenvolvem equipes multiculturais e também têm capacidade de inovação tecnológica potencializada.

Balança comercial

A Argentina é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil. De janeiro a setembro deste ano, foram exportados US\$ 12,8 bilhões para o país vizinho. Houve um crescimento de 29,5% em relação ao mesmo período do 2016. As importações oriundas da Argentina somaram US\$ 6,9 bilhões. Com esses dados, a balança comercial brasileira é superavitária em US\$ 5,8 bilhões.

Entre os principais produtos vendidos para a Argentina estão automóveis de passageiros (com 27% do total), veículos de carga (11%), partes e peças para veículos e tratores (6,2%) produtos manufaturados (3,9%) e tratores (3,6%). As importações também se concentram no setor automotivo: veículos de carga (18%) e automóveis de passageiro (14%). O Brasil também compra trigo em grãos (10%), polímeros de etileno, propileno e estireno (4,3%) e malte (2,1%).

De janeiro a setembro deste ano, 5.911 empresas brasileiras exportam para a Argentina e outras 3.281 importaram produtos do país vizinho. Houve um crescimento tanto no número de exportadores (328 empresas; 5,9%) como no de importadores (99; 3,1%)

Missão de internacionalização

De tarde, os empreendedores que integram a missão tiveram uma rodada de reuniões com prestadores de serviço argentinos. Eles agendaram reuniões de trinta minutos com advogados, contadores, gestores de recursos humanos, entre outros especialistas, para levar perguntas objetivas e dúvidas pontuais sobre o mercado na Argentina.

Ao final do dia, Fernando Johann, diretor da "Hacer Historia Consultores", Rocío Riveras, da Wolox e Miguel Warley, da Incubando Salud, avaliaram as apresentações dos empreendedores, chamadas de pitches.

Missão de internacionalização à Argentina

Treze startups participam da missão de internacionalização: Myleus Facility (do setor de biotecnologia), Cloud CRM Sistemas, 4milk, Safe Trace (agrotecnologia), Reciclapac (logística), Tracksale, Verde Ghaia e Belasis (software como serviço - SAS, na sigla em inglês), Estante Mágica (educação), Psicologia Viva (market place e saúde), MedLogic (saúde), e Hub2b e Lett Insights (e-commerce).

Nesta quarta-feira (11), serão realizadas visitas técnicas às aceleradoras NXTP e Wayra, à Invest BA e ao Mercado Livre. Às 19h, haverá um encontro com empreendedores de startups argentinas.

Confira [aqui](#) a programação completa da missão de internacionalização de startups.

Emissões de empresas crescem 32% até setembro ante 2016

11/10/2017 – Fonte: GS Notícias/ Jornal do Comércio – RS

O volume de emissão realizado pelas empresas brasileiras de janeiro a setembro deste ano soma R\$ 176,3 bilhões, um aumento de 32% em relação ao visto no mesmo período do ano passado, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Esse é o maior volume desde 2013, conforme destaca a entidade.

Do total emitido no período analisado, R\$ 63,123 bilhões vieram das emissões de renda fixa externa e R\$ 86,292 bilhões referem-se ao mercado de renda fixa doméstico. Por fim, de janeiro a setembro, as emissões de ações alcançam R\$ 86,292 bilhões. Em outubro já houve outras duas ofertas, de Eneva e Rumo Logística.

Segundo o vice-presidente da Anbima, José Eduardo Laloni, as emissões de debêntures e de ações são até aqui os responsáveis pelo crescimento dos números, com pessoas físicas e investidores institucionais, que estão buscando alternativas de alocação diante do cenário de queda de juros.

Sobre as debêntures, Laloni destaca que os prazos acima de sete anos estão avançando, muito por conta das emissões de debêntures de infraestrutura. "O mercado de infraestrutura está muito ativo, grande parte para setor energético e de rodovias. A gente sabe que é uma necessidade grande do País de infraestrutura."

Um dado positivo, ao se analisar as emissões de debêntures, é que as emissões estão indo, de fato, a mercado, com investidores institucionais subscrevendo esses papéis.

"Esperamos que isso continue. Isso significa que o mercado está funcionando", disse. De janeiro a setembro, os investidores institucionais subscreveram 65,7% do total.

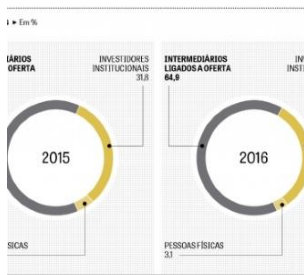
Uma pauta da Anbima, diz o executivo da entidade, está a trazer mais agilidade ao processo dos fundos de infraestrutura.

Segundo ele, a despeito de algumas questões que ainda precisam ser ajustadas, o pipeline para a emissão de debêntures de infraestrutura está robusta até o fim deste ano.

Por ganho maior, gestores adquirem R\$ 31,9 bilhões em dívida corporativa

11/10/2017 – Fonte: GS Notícias/DCI

Índice de Debêntures de Infraestrutura da Anbima vinculadas ao IPCA mostrou valorização de 7,98% no ano até setembro, sem a cobrança da alíquota do imposto de renda para pessoas físicas



Os investidores institucionais (fundos de investimentos) aumentaram sua exposição em debêntures (títulos de dívida corporativa doméstica) para 65,7% entre janeiro a setembro de 2017, ante participação de 19,8% em igual período do ano passado.

Em números, os fundos adquiriram cerca de R\$ 31,9 bilhões, de um total emitido de R\$ 48,55 bilhões até setembro, de acordo com o boletim da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), divulgado ontem.

"Fundos de renda fixa e multimercados estão compondo mais as carteiras com crédito privado", respondeu ao DCI, o diretor da Anbima, José Eduardo Laloni.

O motivo para o maior interesse por debêntures é muito claro no mercado, o maior prêmio (ganho) pelo risco de crédito corporativo num momento de juros mais baixos em títulos públicos federais.

O índice de debêntures da Anbima referenciado na taxa de depósito interfinanceiro (IDA-DI) avançou 9,48% no ano até setembro, enquanto carteiras de títulos públicos vinculadas à taxa Selic tiveram retorno de 8,23% no período.

O responsável pela área de mercado de capitais da Anbima completou que as grandes fundações (fundos de pensão) também já estão se posicionando em títulos de dívida corporativa, mas em menor grau que os fundos. "Uma movimentação maior [das entidades] pode ocorrer em 2018", apontou Laloni.

Em coletiva à imprensa, o diretor da Anbima também mostrou o aumento da participação da pessoa física em debêntures de infraestrutura para 38,2% do volume emitido, ou R\$ 1,83 bilhão até setembro.

Em igual relação com o ano passado, a participação de pessoas físicas nesses títulos incentivados com a isenção do imposto de renda era de 25,4% do volume, equivalente a R\$ 456,5 milhões. "O número de ofertas também aumentou de 10 para 21 na mesma comparação, quase superando as 22 emissões em todo o ano passado", enumerou Laloni.

Quanto à rentabilidade, o índice IDA-IPCA Infraestrutura - que avalia o desempenho das debêntures de infraestrutura indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - mostrou valorização de 9,48% no ano até setembro, e de 13,73% em 12 meses, sem a cobrança do imposto de renda para pessoas físicas e estrangeiros.

Como referência, a inflação oficial acumulada ficou em 1,78% até setembro, e em 2,54% nos últimos 12 meses, sinal de que apesar da rara liquidez, os investidores pessoas físicas tiveram ganhos reais expressivos em debêntures.

"Juro baixo e inflação muito comportada abrem uma perspectiva de alongamento, saindo de títulos de curto prazo", aponta o diretor da Anbima.

Captações em alta

O mercado de capitais - doméstico e externo - cresceu 32% para R\$ 176,3 bilhões emitidos no ano até setembro, ante R\$ 133,75 bilhões em igual comparação com 2016.

O volume em ações alcançou R\$ 26,888 bilhões e há mais três ofertas em análise na Comissão de Valores mobiliários (CVM).

As captações em bônus (bonds) emitidos no exterior somaram US\$ 21 bilhões ou R\$ 63,12 bilhões no ano.

Gestores devem ficar atentos às novas empresas, diz investidor alemão

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Mathias Schilling, fundador do eVentures, fundo de investimentos em start-ups do Vale do Silício (EUA)

Gestores de grandes empresas devem estar atentos e temer que uma companhia novata prepare algo que possa transformar o mercado, diz o investidor alemão Mathias Schilling, cofundador da gestora de investimentos eVentures, do Vale do Silício (EUA).

A empresa possui escritório no Brasil em parceria com outra gestora, a Redpoint. As duas juntas possuem US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 375 milhões) em fundo para investimentos em start-ups.

Schilling diz que, como primeiro passo para estarem perto da inovação, empresas devem investir em fundos já consolidados para ter informações e relacionamentos no mercado de start-ups.

Já com alguma experiência, devem investir por conta própria e, finalmente, criar uma unidade em separado para o desenvolvimento de start-ups ligadas a ela.

Entre os setores que devem ser transformados pela tecnologia, segundo ele, está o bancário, que tem como maior expoente no Brasil o Nubank, de cartão de crédito associado a aplicativo e sem cobrança de anuidade.

Sua teoria de que os gigantes não devem ficar parados se materializa na parceria que seu fundo tem com o banco Itaú no Cubo, centro para reunir start-ups e eventos do setor em São Paulo.

Por outro lado, Bruno Rondani, fundador do 100 Open Startups discorda da necessidade de empresas investirem nesse tipo de companhia, em especial no Brasil.

Isso porque, em sua visão, há menos chances de start-ups destronarem gigantes, pois o Brasil não vem produzindo inovação de ponta na maior parte dos segmentos.

Por outro lado, ele afirma que start-ups podem ser aliadas de grandes empresas como fornecedoras ou parceiras.

"É possível gerar negócios fora da lógica dos fundos, de investir nas empresas, fazer elas crescerem e vendê-las", diz.

Em busca de inovação, empresas intensificam parcerias com start-ups

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



João Marcos Oliveira, CEO da Asapp, criada em 2012

Em busca de inovação e oportunidades de negócios, grandes empresas vêm intensificando a busca por parcerias com start-ups.

Segundo levantamento do Movimento 100 Open Startups, que aproxima companhias tradicionais e novatas a partir de desafios e eventos, 130 companhias foram organizadoras de 154 programas de relacionamento com start-ups entre julho de 2015 e o mesmo mês deste ano.

A lista inclui desde a criação de espaços de trabalho para essas empresas (caso de iniciativas de Itaú e Google e que será seguida por Bradesco, Oi e Totvs) até premiações de ideias, programas de networking e investimentos nessas companhias.

Silvio Laban, professor do Insper, diz que empresas buscam a inovação junto a start-ups por essas iniciantes terem menos amarras em suas políticas internas e rotinas do que as já estabelecidas.

Além disso, é difícil para uma empresa grande estar disposta a desenvolver algo que mudará radicalmente seu funcionamento: "É difícil fazer isso sem gerar um boicote de sua própria equipe."

Bruno Rondani, cofundador do 100 Open Startups, diz que a crise econômica favorece esses relacionamentos entre grandes e iniciantes, pois start-ups fornecer tecnologias que tragam ganhos de produtividade, com ferramentas para áreas como recursos humanos e gestão da produção, por exemplo.

Franklin Luzes, diretor de operações da Microsoft, diz que grandes empresas não podem deixar de acompanhar novas tendências de tecnologia, sob pena de serem deixadas para trás.

A companhia gere o BR Startups, fundo de investimentos em que possui entre seus investidores grandes empresas brasileiras e internacionais, entre elas Monsanto, BB Seguridade, Banco Votorantim e Qualcomm.

Na última semana, o fundo fez seu primeiro anúncio, um investimento de R\$ 1 milhão na empresa Tbit, de Lavras (MG).

A companhia desenvolveu um sistema que, com inteligência artificial, analisa a qualidade de grãos a partir de imagens. O serviço será testado e aprimorado em parceria com a Monsanto, gigante do mercado de sementes.

AJUSTE DE RUMO

Interações com grandes empresas como essa permitiu a start-up Asapp não só conseguir clientes, como também reformular seu produto.

Criada em 2012, ela nasceu como desenvolvedora de aplicativos sob medida para grandes empresas. Depois, buscando um modelo de negócios que garantisse mais previsibilidade no faturamento, desenvolveu plataforma que transformava documentos de empresas em aplicativos.

Em 2014, durante programa de aceleração da Microsoft, refinou ainda mais seu projeto a partir de recomendação de uma profissional da empresa americana e passou a direcionar seu serviço para a comunicação entre empresas e suas lojas ou equipes de vendas, conta João Marcos Oliveira, sócio da companhia.

O novo app passou a permitir envio de conteúdo para toda a equipe, fornecendo estatísticas sobre quem usou o material encaminhado.

Como forma de conseguir oportunidades, a Asapp também participou de programas de relacionamentos com start-ups como o 100 Open Startups e o Speed Dating (da Tecnisa) e se inscreveu no InovaBRA, do Bradesco.

Hoje, a empresa tem cinco funcionários e clientes como BMW, Saraiva e Webmotors. Suas contas estão no azul, garante Oliveira. Segundo ele, as empresas estão mais preparadas para se relacionar com start-ups e contratar seus produtos do que há dois anos. "É um processo complexo, mas sou entusiasta disso. A relação traz avanço para a start-up e para as grandes empresas."

CAÇA-INOVAÇÃO

Levantamento mapeou 130 empresas buscando start-ups

Objetivos das iniciativas das grandes empresas*



*Uma iniciativa pode ter mais de um objetivo Fonte: 100 Open Startups

Cássio envia MP do Programa Especial de Regularização Tributária para sanção

11/10/2017 – Fonte: Notícias do Senado

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, enviou para sanção presidencial o texto oriundo da Medida Provisória [\(MP\) 783/2017](#), a chamada MP do Refis. A proposição permite o parcelamento com descontos de dívidas perante a União, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas.

Pelo texto, que sofreu alterações no Parlamento e passou a ser o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2017, as empresas em recuperação judicial e participantes do Simples Nacional poderão aderir ao parcelamento de dívidas de natureza tributária ou não tributária, inclusive valores descontados de terceiros (INSS ou IRPF descontados do empregado e não recolhidos, por exemplo) ou de tributos cujo recolhimento caiba ao substituto tributário.

As empresas poderão usar prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para pagar os débitos.

Na votação em Plenário, na última quinta-feira (5), o Senado eliminou quatro artigos que continham matérias estranhas à MP, os chamados "jabutis".

Baleia azul

Cássio também enviou para a Câmara dos Deputados o projeto que criminaliza a ação de adultos que induzem menores à automutilação, o PLS 664/2015. Com o novo tipo penal criado pela proposta, poderão ser alcançados pela lei as pessoas envolvidas em jogos eletrônicos de desafios macabros, como o "Baleia Azul", que incita o participante até a acabar com a própria vida. A matéria havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 27.

Outra proposta enviada para análise dos deputados é o projeto que cria o crime de molestamento sexual, para punir condutas como a do caso do ônibus em São Paulo, quando um homem ejaculou numa passageira. O PLS 312/2017 é de autoria da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e também foi aprovado na CCJ na reunião do último dia 27.

- Proposições legislativas
- [MPV 783/2017](#)
- [PLS 312/2017](#)
- [PLS 664/2015](#)

Equipe econômica prepara MP que eleva as alíquotas do PIS e da Cofins

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Ministério da Fazenda quer aumentar as alíquotas do PIS/Cofins para compensar as perdas de arrecadação com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que excluiu o ICMS da base de cálculo desses tributos.

A equipe econômica prepara uma medida provisória para elevar os percentuais dessas cobranças. O objetivo é igualar as receitas que estavam previstas antes do julgamento do caso no tribunal, que ocorreu em março.

A maioria dos ministros do STF decidiu que o ICMS, um imposto estadual, não poderia ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins, que são tributos federais.

Durante o julgamento, a AGU (Advocacia-Geral da União) afirmou que o governo poderia perder até R\$ 27 bilhões por ano.

Para recompor as perdas, integrantes da área econômica afirmam que deve haver um aumento linear das alíquotas do PIS e da Cofins –atualmente de 1,65% e 7,6% sobre o faturamento, respectivamente. No conjunto, a cobrança dos dois tributos corresponde hoje a 9,25%. O reajuste pode ser próximo a um ponto percentual, o que elevaria a cobrança de PIS/Cofins para casa de 10%.

A Fazenda voltou a discutir o aumento na semana passada, quando foi publicado o acórdão do julgamento do Supremo sobre o caso. A proposta será enviada à Casa Civil para análise de ministros da área política e do presidente Michel Temer.

O aumento do PIS/Cofins só pode ser feito com mudanças na lei via medida provisória ou projeto de lei.

A Fazenda prefere a edição de uma MP, uma vez que os prazos de tramitação permitiriam uma aprovação mais rápida. A edição dessas medidas, porém, tem causado atrito entre o Congresso e o Planalto –o que pode obrigar o governo a propor o reajuste via projeto de lei.

Até a decisão do STF, a cobrança de PIS/Cofins era calculada sobre uma base maior, que incluía o ICMS. A corte, entretanto, decidiu que o imposto não poderia ser usado nessa conta, o que reduziria a arrecadação com os outros tributos.

A equipe econômica não admite abrir mão de receita no atual momento de crise fiscal, mas sabe que a alta de tributos ainda deve enfrentar resistências políticas no Palácio do Planalto e, principalmente, no Congresso.

Os parlamentares costumam se opor a aumentos de tributos, o que implicaria na necessidade de uma negociação entre o Planalto e sua base aliada.

Temer ainda não deu sinal verde para o reajuste, mas fontes do governo afirmam que o assunto chegou ao Planalto nos últimos meses e não houve oposição formal à elaboração da medida.

Em julho, o governo enfrentou desgaste ao dobrar as alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis para cobrir o Orçamento. Esse aumento, no entanto, pôde ser realizado via decreto, sem necessidade de aprovação pelo Congresso.

JULGAMENTO

O governo ainda pretende recorrer ao STF para que a alteração só passe a ter efeito em 1º de janeiro de 2018 –e não retroativamente. Além do impacto sobre a receita futura, o governo ainda teme que a decisão do Supremo abra espaço para que milhares de contribuintes acionem a União para recuperar os tributos pagos levando em conta a base de cálculo antiga.

Segundo a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), a União poderia estar em risco de ter que pagar até R\$ 100 bilhões em potenciais processos, referentes aos últimos cinco anos (período de prescrição).

A decisão terá repercussão geral, ou seja, deve valer para todas as instâncias do Judiciário. Em 2014, o STF já havia decidido que a inclusão do ICMS sobre o cálculo era inconstitucional, mas o julgamento teve efeito num processo específico. No novo julgamento, a maioria votou pela exclusão do ICMS.

-

ENTENDA A DISPUTA

Discussão judicial afeta a arrecadação

O que está em discussão?

Em março, o STF (Supremo Tribunal Federal) excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A equipe econômica quer editar uma medida provisória que recompõe a alíquota para igualar as receitas previstas antes do julgamento do caso no tribunal

Qual foi a base para a decisão?

O valor pago de ICMS por empresas e repassado ao consumidor não pode ser considerado faturamento. Por isso, o PIS e a Cofins devem incidir apenas sobre o valor efetivamente faturado pela empresa com a venda de seus produtos e mercadorias

Qual a perda de arrecadação?

Durante o julgamento, a AGU (Advocacia-Geral da União) afirmou que o governo perderia R\$ 27 bilhões por ano com a mudança. O valor é semelhante ao orçamento do Bolsa Família, por exemplo

Quando a decisão terá efeito?

O governo deve recorrer ao STF para que a alteração na cobrança comece a ter efeito apenas em 1º de janeiro de 2018. Como foi a votação no Supremo? A decisão foi por maioria. A relatora, ministra Cármen Lúcia, votou contra a inclusão do ICMS na base de cálculo e foi seguida por seis ministros

Paraná puxa a alta de circulação de carros em rodovias de todo o País

11/10/2017 – Fonte: Bem Paraná



Fluxo nas rodovias do Estado estão em alta neste ano (foto: Franklin de Freitas)

O Paraná voltou a puxar para cima as estatísticas de circulação de veículos em rodovias. Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), no mês de setembro houve um aumento de 3,3% no número de veículos leves que utilizaram rodovias pedagiadas no Estado em relação a agosto.

O total de veículos pesados cresceu 0,5%, o que pode indicar uma trajetória moderada de recuperação da economia e um aumento na produção industrial. Os dados do Paraná são superiores nos últimos 12 meses e no acumulado do ano.

Em todos os Estados analisados pela ABCR, no mês de setembro a circulação de veículos leves também teve crescimento médio de 3,3%, e a de veículos pesados, de 0,7%.

O crescimento geral foi de 2,2% na comparação com agosto. Em relação a setembro do ano passado, o aumento foi de 7,2% na circulação de veículo leves e de 4,3% na de veículos pesados.

O acumulado entre janeiro e setembro é de 1,9% mais veículos leves nas rodovias pedagiadas; não houve crescimento no número de veículos pesados trafegando nas rodovias no período, em comparação com os nove primeiros meses de 2016.

Entre os quatro Estados, o Paraná é o que apresentou o maior crescimento, o que indica que a cada dia mais veículos vêm circulando pelas rodovias pedagiadas no Estado.

Quando comparado com setembro do ano passado, setembro deste ano teve 9,9% veículos leves a mais nas estradas e o número de veículos pesados cresceu 9,2%. Os números são muito superiores aos verificados em São Paulo (crescimento de 8% no número de veículos leves e de 3,6% na quantidade de veículos leves) e no Rio de Janeiro (2,3% mais veículos leves e queda de 0,1% no número de veículos pesados).

O crescimento do Paraná também foi o maior no ano — 4,4% mais veículos leves entre janeiro e setembro, e 2,8% mais veículos pesados.

São Paulo teve crescimento de 2,1% e queda de 0,5%, respectivamente; no Rio de Janeiro, houve quedas de 1,2% e de 5%. Nos últimos 12 meses, as rodovias pedagiadas do Paraná tiveram aumentos de 3,2% (leves) e de 0,4% (pesados). O Rio teve quedas de 1,4% e de 6,4%; em São Paulo, em um ano cresceu timidamente a circulação de veículos leves (0,8%) e caiu a de pesados (2,3% negativos).

Em junho, as estradas do Paraná já haviam registrado um aumento de 2,3% no fluxo de veículos na comparação com maio, descontados os efeitos sazonais. O Estado liderou a expansão do índice ABCR total, que cresceu 1,5% no mesmo levantamento. O Índice ABCR é feito pela Associação das Concessionárias de Rodovias (ABCR) e pela Tendências Consultoria Integrada.

Preços ao consumidor voltam a subir e IGP-M avança 0,32% na 1ª prévia de outubro, diz FGV

11/10/2017 – Fonte: Reuters

Os preços ao consumidor voltaram a subir e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) avançou 0,32 por cento na primeira prévia de outubro, contra 0,34 por cento no mesmo período do mês anterior, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira.

Os dados mostram que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30 por cento no índice geral, avançou 0,17 por cento na primeira prévia de outubro, depois de cair 0,12 por cento no mesmo período do mês anterior.

A FGV destacou o comportamento do grupo Alimentação, que desacelerou a queda para 0,14 por cento, ante recuo anterior de 0,92 por cento, graças principalmente ao comportamento do item hortaliças e legumes.

Também colaboraram para o movimento os grupos Vestuário, Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Leitura e Recreação, Despesas Diversas e Comunicação. Já o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 0,42 por cento no período contra alta de 0,55 por cento no mês anterior. O IPA mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral.

Dentro do IPA, as Matérias-Primas Brutas passaram a recuar 0,17 por cento, ante alta de 2 por cento anteriormente, com destaque para o comportamento dos itens minério de ferro, bovinos e mandioca.

Por sua vez o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) avançou 0,06 por cento, contra alta de 0,19 por cento na primeira prévia de setembro.

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de energia elétrica e aluguel de imóveis.

BC: processo de aperfeiçoamento da regulação do câmbio está em fase embrionária

11/10/2017 – Fonte: Reuters

O diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso, disse nesta terça-feira, 10, que a autarquia está trabalhando, ainda que de forma “embrionária”, no aperfeiçoamento da regulação das operações de câmbio.

Segundo o diretor do BC, o objetivo é que essas transações, em especial envolvendo pequenos valores, sejam feitas com menos burocracia e com mais simplicidade e naturalidade, a exemplo do que acontece em outros países, sem prejuízo, contudo, ao controle e supervisão das operações.

Durante fórum organizado na zona sul da capital paulista pela Abracam, entidade que representa corretoras de câmbio, Damaso considerou que o maior desafio será criar um arcabouço legal e regulatório que permita acabar com o estigma de criminalização que cerca as transações de moedas estrangeiras.

“Quando você vai a outros países esse estigma não é tão forte como no caso brasileiro, principalmente quando se fala em transações de pequenos valores e se trata de turismo”, comentou o diretor do BC.

Ao justificar a necessidade de atualização das regras sobre esse mercado, ele lembrou que a realidade brasileira mudou muito nos últimos anos. “Hoje, operamos sob regime de câmbio flutuante, temos reservas robustas, próximas a US\$ 400 bilhões e uma economia integrada internacionalmente.”

Damaso ressaltou que em “hipótese alguma” haverá eliminação de mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e que a ideia da “eventual” modernização da regulação cambial visa a dar segurança a todos que operam moedas e fazem transações de capitais internacionais, incorporando as inovações do sistema financeiro.

“Sempre pensamos em simplificar processos sem perder mecanismos de controle”, declarou. Os benefícios esperados são, segundo ele, a mitigação de riscos, em paralelo a maior eficiência do sistema e maior monitoramento dos mercados.

Todo processo de revisão regulatória passa, conforme informou Damaso, por um diagnóstico que o BC está fazendo do mercado de câmbio, bem como envolve a interlocução com instituições financeiras e os órgãos ligados ao controle desse mercado, como a Receita Federal a Polícia Federal e o Ministério Público.

Bolsa se recupera após duas quedas, sobe 1,55% e bate novo recorde

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Bolsa brasileira conseguiu recuperar parte das perdas das duas sessões anteriores e fechou em alta nesta terça (10), em novo dia de recorde nominal, com impulso das ações da Petrobras e do setor bancário. O dólar terminou praticamente estável, cotado a R\$ 3,18, em dia de desvalorização no exterior.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, teve alta de 1,55%, para 76.897 pontos, maior pontuação nominal registrada. O volume financeiro foi de R\$ 9,9 bilhões, acima do giro médio diário de R\$ 8,3 bilhões.

O dólar comercial caiu 0,06%, para R\$ 3,185. O dólar à vista se desvalorizou 0,30%, para R\$ 3,177.

Alguns fatores contribuíram para o otimismo que se refletiu no aumento do apetite por risco dos investidores nesta sessão. Um deles veio do exterior, após o FMI (Fundo Monetário Internacional) revisar as perspectivas para o crescimento global e do Brasil. Para o Brasil, o crescimento foi revisado de 0,3% em julho para 0,7% neste relatório. Para 2018, também houve um leve crescimento em relação aos dados divulgados em julho, de 1,3% para 1,5%.

O Fundo também se mostra otimista com o ritmo "mais rápido" da recuperação global e prevê crescimento de 3,6% para este ano e de 3,7% para 2018 –ambos foram elevados em 0,1 ponto percentual em relação às previsões anteriores.

Também nesta terça, a Moody's afirmou que uma equipe da agência de classificação de risco vai visitar o país no começo do próximo ano.

"Ao jogar uma nova visita só para o primeiro trimestre de 2018, a equipe econômica ganha mais tempo neste final de ano para tocar a reforma da Previdência. A Moody's deu mais tempo para a equipe econômica trabalhar", avalia Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos.

A Moody's indicou ainda que terá mais facilidade para decidir sobre o rating do Brasil se o país não aprovar uma reforma da Previdência até o início de 2018. O país atualmente tem nota Ba2 na Moody's, com perspectiva negativa, o que indica que pode haver rebaixamento.

AÇÕES

A Petrobras contribuiu para o impulso verificado na Bolsa nesta terça. Esse otimismo foi ancorado no aumento dos preços do petróleo, com a perspectiva de cortes nas exportações da Arábia Saudita em novembro e por comentários de que o mercado está se reequilibrando após anos de oferta excessiva.

O barril do petróleo Brent, de Londres, subiu 1,38%, para US\$ 56,56. O barril do WTI, dos EUA, avançou 2,72%, para US\$ 50,93.

As ações preferenciais da estatal subiram 1,89%, para R\$ 16,19. Os papéis ordinários tiveram valorização de 1,46%, para R\$ 16,72.

O otimismo também contagiou o setor bancário. As ações do Itaú Unibanco avançaram 2,49%. Os papéis preferenciais do Bradesco se valorizaram 2,12%, e os ordinários ganharam 1,17%. O Banco do Brasil teve alta de 2,13%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil tiveram valorização de 3,81%.

As ações de siderúrgicas lideraram os ganhos nesta sessão. Os papéis da Metalúrgica Gerdau subiram 5,40%. As ações da Gerdau avançaram 4,21%. A Usiminas teve alta de 2,94%, e a CSN subiu 1,01%.

Os preços do minério de ferro recuaram no exterior, e puxaram para baixo as ações da Vale. Os papéis ordinários recuaram 0,57%, para R\$ 31,32. As ações preferenciais se desvalorizaram 0,52%, para R\$ 28,80.

Das 59 ações do Ibovespa, 52 subiram e sete fecharam em baixa nesta terça.

DÓLAR

No mercado cambial, o dólar perdeu força ante 28 das 31 principais moedas do mundo.

Os investidores aguardam a divulgação da ata da última reunião do Fomc (comitê de política monetária do Fed, o banco central americano), nesta quarta. Eles esperam alguma sinalização de que o Fed subirá pela terceira vez os juros nos EUA neste ano.

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) subiu pelo terceiro dia. A alta foi de 0,18%, para 186,8 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam em baixa. O DI para janeiro de 2018 recuou de 7,435% para 7,418%. A taxa para janeiro de 2019 teve baixa de 7,350% para 7,310%.

Brasil terá a 12ª maior dívida do mundo em 2022, segundo FMI

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em 2022, o Brasil terá a 12ª maior dívida do mundo, representando 96,9% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, segundo previsão do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgada nesta terça (10). O valor absoluto estimado é de R\$ 8,8 trilhões.

No ano passado, a dívida brasileira (na relação com o PIB) foi a 40ª maior do mundo (78,3%). Em abril, o FMI previa que o país teria a 19ª maior dívida global em 2022.

A piora do Brasil é reflexo da deterioração das contas públicas, com as receitas (em queda devido à recessão) não acompanhando o ritmo de crescimento das despesas.

O governo Michel Temer prevê que neste ano haverá um deficit primário de R\$ 159 bilhões –quarto ano seguido de rombo nas contas públicas.

Pelas projeções do Fundo para 2022, à frente do Brasil estarão países ricos como Japão –no topo da lista, com dívida bruta de 233,9% do PIB– e EUA (109,6% do PIB), mas também Líbano, Eritreia e Cabo Verde.

A projeção para as grandes economias emergentes está bem abaixo do Brasil, com previsão, para 2022, de uma dívida chinesa equivalente a 62,2% do PIB do país, e, na Índia, de 59,6%.

Em 2017, a dívida já representa 83,4% da renda brasileira, pelos cálculos do FMI. O número destoa dos cálculos do Banco Central, de que a dívida bruta brasileira equivale hoje a 76,2% do PIB.

A diferença se dá, em parte, porque, diferentemente do governo, o FMI inclui na dívida títulos do Tesouro que são negociados pelo Banco Central para regular a quantidade de dinheiro na economia.

Um dos principais critérios usados pelas agências globais de "rating" para avaliar a capacidade de solvência de um país é justamente a dívida bruta.

Um cálculo divulgado na segunda-feira (9) pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado que acompanha as contas públicas, é ainda mais pessimista, dizendo que a dívida bruta do governo pode superar os 100% do PIB já em 2020.

Para o governo, a forma de evitar a dívida crescente é passar a reforma da Previdência, para ajudar a segurar os gastos obrigatórios.

Aos jornalistas nesta terça, a chefe da Divisão de Estudos Econômicos Mundiais do FMI, Oya Celasun, disse que a reforma seria importante para ajudar o país a melhorar sua perspectiva fiscal.

"O teto de gastos aprovado no início do ano foi um passo bastante importante nesta direção. O próximo é aprovar a reforma da Previdência em um tempo razoável, sem muitas diluições a partir do que foi proposto pelo governo", disse Celasun.



CRESCIMENTO

O FMI também divulgou, em seu relatório Panorama Econômico Global, nesta terça, um aumento na sua estimativa de crescimento do PIB do Brasil neste ano, de 0,3%, em julho, para 0,7%, com base nos bons resultados vistos no campo e na alta do consumo impulsionada pela liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Para 2018, também houve um leve crescimento em relação aos dados divulgados em julho, de 1,3% para 1,5%.

A previsão para este ano (0,7%) casa com a de agentes do mercado reunidas pelo Banco Central no boletim Focus, que, no entanto, ainda está mais otimista que o FMI para o próximo ano, com estimativa de alta de 2,4%.

A aparente reticência do FMI sobre 2018 tem por base "a fraqueza contínua no investimento e o aumento da incerteza política".

O relatório de abril foi publicado antes de estourar, no Brasil, o escândalo envolvendo Temer, que levou às denúncias de corrupção passiva, obstrução da Justiça e participação em organização criminosa contra o presidente.

Pela 1ª vez em uma década, Brasil terá inflação menor que América Latina

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pela primeira vez desde 2008, a inflação brasileira ficará abaixo da média dos preços da América Latina, segundo estimativa do FMI (Fundo Monetário Internacional).

O organismo prevê que os preços no Brasil subirão 3,6% neste ano, ante 4,2% da média dos países latino-americanos.

A inflação brasileira também deve ficar abaixo da média dos países emergentes (4,5%). A última vez que isso aconteceu foi em 2010, quando o índice de preços brasileiros chegou a 5,9%, e o dos emergentes foi a 6,5%.

No período de 2005 a 2010, os preços no Brasil ficaram constantemente abaixo dos registrados na média dos mercados emergentes. Desde então, porém, essa curva inverteu, e a inflação brasileira disparou, superando com larga folga a obtida pelas nações em desenvolvimento.

No seu ápice recente, em 2015, a inflação brasileira chegou a 10,7%, seis pontos percentuais mais do que nos emergentes.

Desde então, os preços no país vêm perdendo força, em parte por causa da recessão, que impede as empresas de repassar os preços para os consumidores, com medo de perder clientes.

Nos últimos meses, porém, o que tem pesado mais são os alimentos.

Esses produtos acumulam queda superior a 5% no ano até setembro e foram cruciais para a queda da inflação cheia.

Nos 12 meses encerrados em setembro, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) tem alta de 2,54%. De janeiro a setembro, a inflação acumulada está em 1,78%, a menor taxa desde 1998 para o período.

Hoje, a meta de inflação estabelecida pelo Banco Central é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

A perda de força da inflação, ao lado da melhora do mercado de trabalho, tem criado um alívio para o bolso do brasileiro, movendo o consumo e tirando o país da recessão.

Para famílias ou indivíduos que ganham até cerca de R\$ 2.300 por mês —equivalente a 2,5 salários mínimos—, a queda no preço dos alimentos representou economia de pelo menos R\$ 300 nos 12 meses até agosto, de acordo com dados da Tendências Consultoria.

Se passar, reforma da Previdência deve ser 'coisa chocha', diz líder tucano

11/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O senador Tasso Jereissati durante sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Considerado elemento chave para a sustentação das contas públicas no longo prazo, a reforma da Previdência ainda neste ano é vista com ceticismo por senadores da base aliada, que já começam a falar em alternativas para o ajuste fiscal.

Em audiência pública do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), nesta terça-feira (10), senadores indicaram antever um cenário pouco animador para a tramitação da reforma no Congresso –que demanda votação em dois turnos na Câmara e no Senado.

"Não vamos conseguir avançar na reforma da Previdência como gostaríamos, em função da aproximação do calendário eleitoral. Alguma coisa será possível até dezembro mas não a reforma aprovada na comissão especial", afirmou Fernando Bezerra (PMDB-PE).

Preocupado com a limitação do governo em conter despesas obrigatórias, Bezerra buscava respostas de Goldfajn sobre a redução de custos com a manutenção das reservas internacionais do Banco Central. Segundo ele, para manter os US\$ 380 bilhões de proteção contra turbulências no setor externo, o governo gasta cerca de R\$ 30 bilhões.



Não foi o único a falar em alternativas.

"Realisticamente, não vamos conseguir [espaço para aprovar a reforma] com a proximidade do calendário eleitoral e com alguns problemas que envolvem o ambiente político do Brasil", disse Armando Monteiro (PTB-PE). "Daí a preocupação em oferecer algo alternativamente no ano eleitoral".

"Sempre fui cético [sobre a viabilidade da reforma]. Acredito que pode passar uma coisa mais 'chocha', ou melhor dizendo, uma coisa menor, só com idade mínima. Uma reforma mesmo deve ficar para o próximo governo", afirmou Tasso Jereissati (PSDB-CE), após a audiência. Em seu discurso, Goldfajn sinalizara que a redução permanente dos juros depende do avanço das reformas.

Os cortes sucessivos pelo Copom (Comitê de Política Monetária) levaram a Selic a 8,25% ao ano e analistas do mercado financeiro já preveem que possa ficar abaixo de 7% ao ano.

Em termos reais (descontada a inflação projetada um ano à frente), a taxa está em torno de 3% ao ano, ressaltou Goldfajn, patamar mais baixo do que a média dos

últimos cinco anos (5% ao ano) e também reduzida em termos históricos. "Há duas décadas atrás, a taxa estava em 20% ao ano", disse Goldfajn. "Nosso papel é tentar manter essa taxa estrutural baixa."

Significa, disse, que ou o país avança em reformas que permitam a redução progressiva do juro estrutural ou a taxa terá que ser reajustada.

Veículos abastecidos com etanol podem ter rendimento acima do esperado, diz estudo

11/10/2017 – Fonte: Reuters

Carros abastecidos com etanol podem ter rendimento levemente superior ao que é divulgado na etiquetagem veicular, segundo um estudo divulgado nesta terça-feira pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com apoio da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

Tendo por base veículos populares de diferentes categorias, o estudo avaliou que a eficiência energética do álcool em relação à gasolina comum (que contém 27 por cento de etanol anidro) varia de 70,7 a 75,4 por cento.

Em contrapartida, as performances apontadas pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) para os mesmos modelos oscilam de 66,7 a 72,1 por cento.

Segundo o chefe da Divisão de Motores e Veículos do Instituto Mauá de Tecnologia, Renato Romio, alguns fatores que podem influenciar a eficiência energética dos automóveis incluem a evolução técnica dos motores flex, percurso do veículo, a forma de dirigir e o teor de etanol na gasolina.

"Vale lembrar que o PBEV utiliza como padrão a gasolina com 22 por cento de etanol anidro. Esse é mais um ponto que reforça a diferença que pode haver na autonomia dos veículos em vias públicas", acrescentou.

O etanol é conhecido por ter uma eficiência energética de 70 por cento da gasolina, e por isso se torna competitivo ante o derivado de petróleo quando seu preço está abaixo desse percentual.

"A maioria dos motoristas faz a conta considerando o preço somente na hora do abastecimento, quando na verdade também deveria avaliar a autonomia do veículo com os dois tipos de combustíveis. Essa relação pode ser diferente de 70 por cento", comentou, tendo por base os resultados da pesquisa.

Ford anuncia plano estratégico a investidores

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business



O CEO e presidente mundial da Ford, Jim Hackett, anunciou ao grupo de investidores um novo plano estratégico a fim de evoluir com a meta de tornar a companhia uma empresa de mobilidade e não mais rotulá-la apenas como uma montadora. Acelerar o desenvolvimento de veículos e de serviços inteligentes estão entre os objetivos da estratégia, que também contempla ações para melhorar os custos operacionais e reorientar o investimento de capital.

“A Ford foi construída com a crença de que a liberdade de movimento impulsiona o progresso humano; criar ótimos carros e utilitários é uma crença que sempre alimentou a paixão da Ford. Hoje ela impulsiona o nosso compromisso de nos tornarmos a empresa de mobilidade mais confiável do mundo, desenvolvendo veículos inteligentes para um mundo conectado, que ajudem as pessoas a se mover com mais segurança, confiança e liberdade”, disse Hackett.

Em uma das metas de longo prazo, a empresa reforçou sua busca por uma margem operacional de 8% no mercado automotivo, com base em profundas mudanças tecnológicas. Em geral, a empresa quer ampliar seu escopo de atuação, com o desenvolvimento de veículos e serviços com foco nos usuários. Aqui, a Ford deve se aproveitar da integração de hardwares e softwares em dispositivos complexos que já possui, adotando uma produção em escala.

Em até dois anos, portanto até 2019, a previsão da Ford é que 100% dos seus novos veículos nos Estados Unidos sejam capazes de oferecer conectividade. Também há planos agressivos para a China e outros mercados, uma vez que a meta é garantir que 90% dos novos veículos globais da marca tenham conectividade até 2020.

Um dos focos em custo é a redução em 50% do aumento das despesas na divisão automotiva até 2022. Para isso, medidas como o aumento do uso de peças comuns em toda a linha de veículos, redução na complexidade dos processos e construção de protótipos serão adotadas. Já em termos de investimentos, a Ford vai realocar US\$ 7 bilhões do segmento de automóveis para utilitários esportivos e picapes, incluindo a Ranger e EcoSport na América do Norte.

Também prevê a redução em um terço dos gastos com motores de combustão interna e pretende redirecionar esse investimento para seu processo de eletrificação, além do investimento de US\$ 4,5 bilhões anunciado anteriormente.

Recentemente, a Ford anunciou a criação de um grupo de profissionais dedicado a veículos elétricos, o Time Edison, focado exclusivamente na criação de produtos e serviços com base nos veículos elétricos. Pelos planos, a Ford vai lançar 13 novos veículos elétricos nos próximos cinco anos, incluindo a F-150 híbrida, o Mustang híbrido, a Transit Custom híbrida plug-in, um veículo autônomo híbrido, um carro de polícia híbrido e um utilitário esportivo compacto elétrico.

“Em uma empresa que está há muitos anos no mercado, com várias décadas de sucesso, a decisão de mudar não é fácil, tanto cultural como operacionalmente. Em última análise, porém, devemos entender que as virtudes que nos levaram ao sucesso no século passado não são garantia de sucesso no futuro”, afirmou Hackett.

Metalúrgicos mantêm greve da Chery em Jacaré

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Trabalhadores estão de braços cruzados há quase 2 semanas

Os 400 trabalhadores da fábrica da Chery em Jacaré (SP) permanecem parados desde a quinta-feira, 28. Após a assembleia realizada na segunda-feira, dia 9, os metalúrgicos decidiram manter a paralisação.

Os funcionários pedem reajuste de 9,2% e manutenção de direitos trabalhistas. A

montadora ofereceu somente a reposição para a inflação no período de setembro de 2016 a agosto de 2017, que foi de 1,73%.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região se queixa da intransigência da montadora e afirma que a oferta é extremamente baixa, tendo em vista que os trabalhadores perderam o poder de compra nesse período.

A fábrica de Jacareí monta atualmente o QQ e programava o novo utilitário esportivo Tiggo 2 ainda para este ano. Se os trabalhadores permanecerem de braços cruzados durante o feriado prolongado, chegarão a 18 dias contínuos de paralisação, o que pode adiar os planos de lançamento do SUV.

Com Jumpy, Citroën explora novo mercado

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Com a chegada este mês do furgão médio Jumpy à sua rede de 106 concessionárias, a Citroën começa a explorar um novo segmento de mercado, com linha de utilitários que até o meio de 2018 deve receber o reforço de outros quatro produtos: a versão de passageiros da Jumpy a partir do início do ano, a furgoneta Berlingo em março e, em junho, opções de carga e passageiros da Jumper, van de porte maior.

“Mais que um novo produto, o Jumpy dá início à abertura de uma nova fronteira comercial da Citroën no país, que passa a ter seu foco também na comercialização de veículo comerciais leves”, afirma Paulo Solti, vice-presidente do Grupo PSA América Latinas e diretor geral da Citroën do Brasil.

“Com todos os cinco modelos na lista de ofertas, o segmento deverá representar perto de 15% das vendas da marca no mercado brasileiro”, estima o executivo. A projeção é aumentar a participação da marca nas vendas do mercado brasileiro de comerciais leves de apenas 1,3% em 2017 para 6% em 2018, alcançando 12% até 2021.

Na ofensiva de lançamentos de veículos utilitários leves que planejou para a América Latina, o Grupo PSA traçou estratégia espelhada na região para suas duas marcas, Citroën e Peugeot – que também em outubro está lançando exatamente o mesmo furgão médio, de iguais dimensões, powertrain e preços, mas com nome Expert e seu leão-símbolo na grade dianteira; e que terá em idêntico horizonte de tempo a mesma linha espelhada de produtos, a versão de passageiros da Expert chamada Traveller, a furgoneta Partner e a van Boxer.

“Temos a mesma experiência bem-sucedida na Europa, onde lideramos o segmento de comerciais leves com cerca de 20% de market share somando as duas marcas. Dessa forma preenchemos melhor os espaços do mercado e temos uma concorrência benéfica dentro de casa”, justifica Carlos Gomes, presidente do Grupo PSA na América Latina.

No plano de crescimento do Grupo PSA na América Latina, de fazer as vendas de Peugeot e Citroën saltarem do atual nível de 200 mil veículos este ano para 300 mil até 2021, os modelos utilitários deverão representar cerca de 20% do total, dobrando o volume de 30 mil unidades comercializadas na região em 2015 para 60 mil na virada da próxima década.

“É uma área ainda a ser explorada, com poucas marcas e opções. Por isso vemos grande oportunidade de crescer, usando a grande experiência que já temos na

Europa”, projeta Gomes. Ele estima um mercado latino-americano de 920 mil comerciais leves em 2017, sendo 305 mil no Brasil, 245 mil no México e 178 mil na Argentina. É algo como 16% do mercado total, do qual a PSA hoje tem perto de 5%.

“Com a nova linha de produtos, já em 2018 deveremos vender perto de 50 mil utilitários na região”, avalia. Apesar da participação no segmento ainda muito baixa no Brasil, de apenas 0,6%, o grupo tem 12% de penetração na Argentina e 10,3% no Chile.

O Grupo PSA adotou estratégia de múltiplas fontes de fornecimento para sua nova gama de utilitários que começa agora a ser vendida na América Latina. Os furgões médios Citroën Jumpy e Peugeot Expert estão sendo montados pela Nordex no Uruguai, com grande quantidade de componentes importados, mas ainda assim enquadrados nos índices de nacionalização do Mercosul, de no mínimo 50% no caso uruguaio, para ser comercializados entre os países-membros sem aplicação de imposto de importação.

As versões de passageiros serão adaptadas no Brasil, na fábrica do grupo em Porto Real (RJ). As novas furgonetas Berlingo (Citroën) e Partner (Peugeot) são produzidas na Argentina, onde devem ser lançadas em dezembro próximo.

Por fim, as vans Peugeot Boxer e Citroën Jumper, que até o ano passado eram feitas no Brasil na mesma linha da Fiat Ducato, em acordo de produção mantido com a Iveco na planta de Sete Lagoas (MG), passarão a ser importadas completas da Itália para os mercados latino-americanos. “Mesmo assim conseguiremos manter preços competitivos”, promete Carlos Gomes.

CALIBRADOS PARA COMPETIR



Tanto Peugeot quanto Citroën ajustaram o custo-benefício dos seus furgões médios Expert e Jumpy que chegam agora ao mercado brasileiro para competir pelas primeiras posições do segmento.

Os concorrentes nomeados são versões parecidas de Renault Master, Mercedes-Benz Vito e Sprinter, além dos minicaminhões Kia Bongo e Hyundai HR. É um subsegmento de comerciais leves médios que vem caindo nos últimos anos, somou 13,3 mil unidades vendidas em 2015, baixou para 8,4 mil em 2016 e não deve passar de 8,2 mil este ano.

Mas a expectativa é que, com a volta do crescimento econômico, as vendas cheguem perto de 9,5 mil veículos em 2018 e sigam em expansão sustentável nos próximos anos.

“Existem condições para a volta do crescimento nas vendas de furgões médios”, afirma Lucas Lins, chefe de produto da Citroën, citando as restrições cada vez maiores para circulação de veículos comerciais pesados em grandes centros urbanos como São Paulo e o aumento das entregas urbanas rápidas (que exigem veículos ligeiros), além do avanço de pequenas empresas e autônomos. Nesse cenário, a Citroën identifica que 89% dos clientes do Jumpy serão pequenos frotistas que têm de um a cinco veículos.

Os preços já anunciados de Peugeot Expert e Citroën Jumpy são iguais e bem mais baratos que o concorrente de tamanho mais próximo, o Vito da Mercedes-Benz. Ambos os veículos terão apenas duas versões, partindo de R\$ 79.990 em promoção de

lançamento, que depois passará a R\$ 83.990. A versão mais simples já inclui itens como direção assistida eletrohidráulica, computador de bordo, volante com regulagem de altura, airbags frontais, freios com ABS (antitravamento), controle eletrônico de estabilidade (o ESP da Bosch), assistente de partida em rampa, rádio AM/FM com MP3, acionamento elétrico de vidros e travas e banco do motorista com regulagem de altura.

Por R\$ 87.990 (ou R\$ 91.990 após a promoção de lançamento) agrega-se ar-condicionado, faróis de neblina e o sistema ModuWork, mecanismo que levanta o assento do passageiro e elimina do lado direito a divisória existente entre a cabine e o compartimento de carga, para ampliar o espaço de carga e levar materiais de até 4 metros de comprimento sobre o assoalho.

Foram desenhados planos de financiamento exclusivos para o novo furgão, com taxas competitivas, entrada a partir de 10% do valor do bem e processos administrativos simplificados de aprovação.

Também foi criado pacote bastante competitivo de pós-venda, com preparação da rede para atendimento diferenciado e profissional – um dos principais fatores de escolha no segmento de veículos comerciais.

No programa Citroën Pro, a marca promete revisões agendadas feitas no mesmo dia, com preços fixos, oito anos de serviço de assistência 24 horas, pagamento de serviços e peças em até quatro parcelas sem juros e veículo reserva na eventualidade de o utilitário permanecer por mais de quatro dias na oficina.

A garantia é de três anos ou 100 mil quilômetros rodados – algo que vale mais para carros de passeio, pois muitos veículos comerciais rodam mais de 100 mil km por ano. Ao menos a Citroën promete o custo mais baixo do mercado, de R\$ 4.687, para as cinco revisões oficiais até os 100 mil km.

O custo total de propriedade calculado para a Jumpy com essa rodagem, ou 24 meses de uso, é de R\$ 91 mil, ou R\$ 0,91 por quilômetro, também o mais baixo entre os concorrentes diretos, comparando a soma de preço de aquisição, seguro, revisões, manutenção, pneus, IPVA, combustível e depreciação.

QUALIDADES



Cabine do furgão Citroën Jumpy tem conforto similar ao de um carro de passeio, enquanto dimensões externas compactas facilitam manobras e a condução ágil no trânsito das cidades

O Citroën Jumpy é um veículo de carga ágil, fácil de dirigir como um carro, com dimensões externas de 5,3 metros de comprimento, 2,2 m de largura e distância entre eixos de 3,27 m. A altura de 1,93 m permite o acesso fácil a garagens e raio de giro é bem ajustado para manobras em espaços reduzidos.

O amplo compartimento de carga tem 6,1 metros cúbicos (chega a até 6,6 m³ com o ModuWork), medindo 2,86 metros de comprimento, 1,63 m de largura e 1,4 m de altura. Pode carregar até 1,5 tonelada e tem peso bruto total (PBT) de 3.219 kg. Portas traseiras com 180 graus de abertura e a corrediça lateral facilitam carregamentos e descarregamentos.

Nos assentos dianteiros, o conforto é parecido com o de um automóvel comum. O encosto central pode ser rebatido e vira uma “mesa-escrivãzinha” para anotações ou acomodar um laptop de serviço.

Com essas dimensões, o furgão pode passar por diversas transformações e servir a

muitos tipos de aplicações, como food truck, ambulância e remoções, transporte de cadeirantes, escolar, petshop e até veículo prisional, entre outras possibilidades.

Jumpy e Expert passaram por três anos de desenvolvimento específico para o mercado brasileiro, com 800 mil quilômetros rodados desde o início do projeto. Foram feitas algumas alterações em relação aos modelos vendidos na Europa: as versões montadas no Uruguai têm capacidade de carga 100 kg maior, a suspensão foi erguida em 10 milímetros e a relação de marchas foi encurtada em 6%.



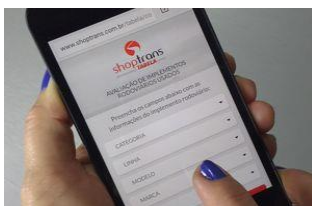
O powertrain conjuga transmissão manual de seis marchas com motor turbodiesel 1.6 BlueHDI de 115 cavalos e torque máximo de 30 kgfm a 1.750 rpm. O consumo divulgado pela Citroën é de 11,4 km/l na cidade, com autonomia de até 820 km. Promete ser o gasto de diesel o mais baixo entre os concorrentes diretos, mas o problema é que o veículo também consome Arla 32, algo incomum nessa categoria no Brasil.

Como não valia a pena mudar o que já faz na Europa para baixos volumes que serão vendidos na América Latina (a capacidade máxima de produção no Uruguai é de 6 mil Jumpy e Expert por ano), a PSA optou por equipar os utilitários com o mesmo motor vendido no mercado europeu, com tecnologia de emissões Euro 6, que só permite o uso de diesel S10 (10 ppm de enxofre) e tem sistema de pós-tratamento de gases SCR, com injeção de solução de ureia (Arla 32) no catalisador.

É bom para o meio ambiente, com sensível redução de poluentes, mas sai mais caro para o transportador na comparação com motores Euro 5 com sistema de recirculação de gases EGR, mais comumente utilizados em furgões do mesmo tamanho.

Shoptrans lança aplicativo que avalia implementos usados

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Shoptrans lança para o mercado brasileiro uma solução de aplicativo gratuito que consiste em uma tabela com os preços médios atualizados de implementos rodoviários usados com o objetivo de atender frotistas, revendedores, administradoras de consórcios, bancos, financeiras, transportadores autônomos e seguradoras. Os dados do aplicativo são atualizados mensalmente e há possibilidade de refinamento para cada pesquisa, de acordo com o modelo selecionado.

“Utilizamos tecnologias avançadas de pesquisas para apresentar valores de referências de mercado. É uma ferramenta que pode servir de base de cálculo inclusive para pagamentos de indenizações de seguro, uma vez que o mercado não dispõe de informações atualizadas do valor de equipamentos usados, a exemplo da tabela da Fipe para veículos”, explica o CEO do Grupo Shoptrans, Docelino Santos.

O executivo reforça que nos últimos sete anos, o volume de implementos rodoviários

emplacados ficou em torno das 30 mil unidades/mês, equivalente a 360 mil por ano. "No primeiro ano, o nosso aplicativo pode auxiliar 50% dessas negociações, ou seja, 180 mil negócios/ano. A longo prazo, o 'app' pode servir como base de negociação para 90% do volume de implementos seminovos e usados negociados no País, cerca de 320 mil equipamentos", calcula Santos.

Por enquanto, o aplicativo está disponível para smartphones e tablets com sistema operacional Android com download na Play Store ou na versão web para computadores no site www.tabelashoptrans.com.br.

Produção de motos ficará abaixo de 900 mil unidades

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes de motos, revisou para baixo as projeções para 2017. A estimativa de produção encolheu de 910 mil para 885 mil unidades, 2,7% a menos. O número é semelhante ao anotado em 2002, quando as associadas produziram 861,5 mil motos. A revisão foi necessária porque a média diária de vendas não se sustentou em 3,6 mil unidades como a entidade esperava.

Recuou em julho e agosto para 3,3 mil e foi pouco melhor que isso em setembro. Com isso, a nova projeção de emplacamentos até o fim do ano baixou de 890 mil para 860 mil motocicletas.

Caiu também a expectativa para as vendas no atacado, aquelas feitas das fábricas às concessionárias. Em vez de 825 mil serão 813 mil motos, 1,5% a menos.

A retração que levou a Abraciclo a rever para baixo suas projeções ocorreu pelo arrefecimento do mercado, mas também porque a Honda (que detém 78% do mercado) precisou reduzir a produção e entrega da linha CG 160 modelo 2017 para poder distribuir os modelos 2018.

Fez isso para evitar o encalhe da linha antiga. Como resultado houve falta de produtos nas concessionárias e impacto no mercado como um todo, já que a linha CG 160 responde por 27% dos licenciamentos. "De abril até setembro o estoque total de motos baixou de 37 para 31 dias", afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

JANEIRO A SETEMBRO

No acumulado até setembro as associadas à Abraciclo montaram 652,2 mil unidades, 8,5% a menos que no mesmo período do ano passado. Os emplacamentos somaram 640 mil motos, resultando em queda de 6,9%.

As vendas no atacado ficaram em 603,3 mil unidades nos nove meses do ano, 11,7% a menos que em igual período de 2016. De acordo com a Abraciclo, os empregos no setor estão estáveis em cerca de 12 mil postos em toda a cadeia produtiva.

SCOOTERS EM ALTA

Um levantamento a partir de números do atacado mostra que de janeiro a setembro a venda de scooters alcançou 42,9 mil unidades, registrando alta de 62,3% sobre o mesmo período do ano passado. O acréscimo ocorre por causa de lançamentos e pela boa aceitação desses veículos: "As vendas se concentram especialmente em grandes centros urbanos", afirma Fermanian.

Um levantamento feito por **Automotive Business** a partir de emplacamentos do primeiro semestre (que também incluíram modelos de empresas não associadas à Abraciclo) revelou uma alta ainda maior, de 70%.

EXPORTAÇÕES ABAIXO DO PREVISTO

No início de 2017 a Abraciclo esperava exportar 93 mil motocicletas, o que representaria um salto de quase 60% sobre os embarques de 2016. Mas há quatro meses houve um arrefecimento nas vendas externas e a associação foi obrigada a revisar o número total para 80 mil unidades, o que ainda resulta em alta de 35,5%.

Até setembro a Argentina absorveu 40,5 mil motos brasileiras (64,2% do total), a Colômbia, 5,5 mil (8,8%), os Estados Unidos, 4,1 mil (6,5%) e outros países, pouco mais de 13 mil (20,6%).

Volkswagen divulga primeira imagem de Virtus

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen divulgou na terça-feira, 10, a primeira imagem do seu novo modelo Virtus, versão sedã do novo Polo e cujo lançamento está marcado para janeiro de 2018, confirma a empresa em comunicado. Não há quaisquer outras informações adicionais sobre o modelo: na nota, a VW limita-se a dizer que o carro trará o que há de mais moderno em design, tecnologia, espaço interno e alta performance.

Assim como o hatch Polo, lançado recentemente e produzido nos dois turnos da fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), o Virtus começa a ser montado na mesma planta até o fim de 2017. Para isso, a VW destinou R\$ 2,6 bilhões dos R\$ 7 bilhões anunciados para o Brasil até 2020 a fim de sustentar o desenvolvimento e a produção dos dois modelos no País.

O investimento trouxe para a indústria local a mais moderna plataforma modular do Grupo VW, a MQB, sobre a qual são montados Polo e Virtus entre os cerca de 20 modelos previstos pela montadora.

Para receber ambos os modelos, além do investimento em desenvolvimento e produção, a VW também anunciou a volta do terceiro turno na unidade de forma gradual, acompanhando o aumento da produção do Polo e a introdução do Virtus na programação.

A fábrica Anchieta, a primeira da VW fora da Alemanha e que neste ano está completando 60 anos de operação, também é responsável pela produção da picape Saveiro e recentemente deixou de montar o Gol, transferido para a planta de Taubaté, no interior paulista, a fim de abrir espaço para os novos projetos.



Renault terá 20 elétricos e 15 autônomos até 2022

11/10/2017 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Renault anunciou um novo plano estratégico global que prevê o lançamento de 20 carros elétricos, dos quais oito 100% elétricos e doze eletrificados, além de 15

modelos autônomos e 100% dos veículos conectados em mercados-chave para a montadora, conforme comunicado divulgado à imprensa.

O plano Drive the Future, que se estende de 2017 a 2022, traz várias metas em diferentes vertentes, inclusive financeiras, baseada em resultados recordes e com o objetivo de continuar promovendo o crescimento sustentável e rentável, alcançados com o último plano estratégico, o Drive the Change, que orientou a empresa entre os anos de 2011 a 2016.

Entre as novas metas, o grupo, que reúne as marcas Renault, Dacia, Renault Samsung Motors, Alpine e Lada, planeja atingir faturamento anual de mais de € 70 bilhões, margem operacional de mais de 7% e patamar mínimo de 5% com fluxo de caixa positivo previsto para todo o período.

Para isso, a Renault projeta elevar as vendas globais em mais de 40% e atingir os 5 milhões de veículos em comparação aos 3,47 milhões entregues em 2016. Além disso, a companhia ampliará sua gama de produtos, incluindo utilitários e elétricos zero emissão, além de investimento de € 18 bilhões em P&D ao longo dos seis anos de duração do plano.

Além disso, está incluso € 4,2 bilhões de economias em Monozukuri durante toda a duração do plano. Segundo a Renault, o objetivo é aproveitar o investimento e as economias de escala mundiais adquiridas na Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi a fim de sustentar o crescimento e manter sua disciplina financeira e de rentabilidade.

“O Grupo Renault é agora um grupo mundial rentável e financeiramente saudável, que encara o futuro com confiança. Drive the Future tem como ambição produzir um crescimento forte e sustentável, tirando partido de investimentos nas regiões e produtos-chave, aproveitando os recursos e tecnologias da Aliança e melhorando nossa competitividade.

Baseando-se no comprometimento dos homens e mulheres da Renault, este novo plano liberará todo nosso potencial para inovar e crescer, em um setor que evolui rapidamente”, declarou em nota o presidente da Renault, Carlos Ghosn.

Outros elementos ainda compõem a ofensiva estratégica da montadora, na qual estão previstos 21 novos veículos - versões atualizadas de modelos existentes, além de três inéditos; fortalecimento da presença do grupo na Rússia, com a marca Renault e investimento na Lada (AvtoVaz), aceleração das atividades na China com novas joint ventures para veículos elétricos e utilitários.

Há planos também para o Brasil, mas não há detalhamento sobre o quê e como a Renault desenvolverá a operação local. Na nota, além do Brasil, a montadora também sugere desenvolvimento na Índia e no Irã, sem os mesmos detalhamentos.

Em termos produtivos, o Drive the Future prevê ainda que 80% dos veículos do Grupo Renault serão montados sobre plataformas comuns entre as marcas que compõem o conglomerado e maior globalização da gama de veículos utilitários leves.

Também haverá o desenvolvimento de novos serviços de mobilidade sob demanda e outras que incluem serviços de robôs-taxis mais para o fim do período. Propõe também o investimento em digitalização em todos os níveis do grupo, além da contratação de novos profissionais.

Por fim, o grupo prevê o desenvolvimento de estratégias para elevar a fidelização dos clientes do Banco RCI e seus serviços financeiros.